



PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N° 10/2018

Processo Adm. n° 0321001/2018 0412039/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOTOR BOMBA, MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EM GERAL

Razão Social: _____

CNPJ n°: _____ **Insc. Est.:** _____

Endereço: _____

Cidade: _____ **Estado:** _____

Fone: _____ **Fax:** _____

E-mail: _____

Pessoa para Contato: _____

Recebemos da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE/AL, nesta data, cópia do Edital e seus anexos, referente a licitação acima identificada.

Senhor (a) Licitante,

Objetivando comunicação futura entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE/AL e essa empresa, solicitamos a Vossa Senhoria o preenchimento e remessa deste recibo de entrega do Edital supra, à Comissão Permanente de Licitação, por meio do e-mail: cpl.coruripe@gmail.com.

O não encaminhamento do recibo exime o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, de qualquer responsabilidade quanto ao não recebimento da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

(Local) _____

(Data) _____, de _____ de 2018.

Nome do Representante da Empresa

Carimbo CNPJ



EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018

O **MUNICÍPIO DE CORURIFE**, Estado de Alagoas, através de seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 454/2018 de 19 de fevereiro de 2018, torna público para o conhecimento das empresas e demais interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, às **09:00 (nove) horas** do dia **03 DE MAIO DE 2018**, em sessão pública na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua do Sol, nº 389 – Centro, Coruripe/Alagoas, considerando o que consta dos autos do Processo Administrativo nº 0321001/2018 0412039/2018, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação e da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Suprimentos, obedecendo rigorosamente aos termos, especificações, instruções e condições contidas neste instrumento e seus anexos.

O presente certame, e a contratação dele decorrente, obedecerão integralmente à Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, regulamentada no âmbito municipal pela Lei Geral Municipal 1.231, de 30 de abril de 2013, Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Decreto nº 8.538, de 6 de Outubro de 2015, demais normas sobre licitação em vigor, e condições estabelecidas neste Edital.

Este Edital e seus Anexos encontram-se à disposição das empresas interessadas através do site: www.coruripe.al.gov.br.

1. DO OBJETO:

- 1.1. Constitui objeto da presente licitação a **AQUISIÇÃO DE MOTOR BOMBA, MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EM GERAL** destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Coruripe, de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes no Anexo I – Termo de Referência.

2. DOS VALORES E RECURSOS FINANCEIROS:

- 2.1. O valor global estimado para a aquisição do objeto deste Pregão, perfaz a ordem de **R\$ 3.631.034,14 (três milhões seiscientos e trinta e um mil trinta e quatro reais e quatorze centavos)**, integralizado pelos valores referentes ao Lote 01 – R\$ 2.163.099,20 (dois milhões cento e sessenta e três mil noventa e nove reais e vinte centavos); Lote 02 – R\$ 1.424.187,60 (um milhão quatrocentos e vinte e quatro mil cento e oitenta e sete reais e sessenta centavos) e Lote 03 (MOTOR BOMBA) – R\$ 43.747,34 (quarenta e três mil setecentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos).
- 2.2. Os recursos para fazer face às despesas para a aquisição do objeto correrão por conta do Orçamento Geral do Município, contendo a seguinte rubrica orçamentária: Órgão: 0900 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA, URB. E HABITAÇÃO; UO: 0990 - SEC. MUN. DE INFRA-ESTRUTURA, URB. E HABITAÇÃO; Dotação: 15.122.0001.2021 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE INFRA-ESTRUTURA, URBANISMO E HABITAÇÃO; 339030000000 - 001000000 Material de Consumo; 449052000000 - 001000000 Equipamentos e Material Permanente; Dotação: 16.122.0017.2065 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO; 339030000000 - 001000000 Material de Consumo; Órgão: 1800 - SEC. MUN. DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SUPRIMENTOS; UO: 1818 - SEC. MUN. DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SUPRIMENTOS; Dotação: 26.122.0001.2050 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUN. DE TRANSITO, TRANSPORTE E SUPRIMENTOS; 339030000000 - 001000000 Material de Consumo.

3. DA PARTICIPAÇÃO:

- 3.1. Poderão participar as empresas interessadas, pertinentes ao ramo de atividade relacionada ao objeto deste certame, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes do Edital e seus Anexos, desde que:
- 3.1.1. Desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;
- 3.1.2. Atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital.
- 3.2. Não serão admitidas nesta licitação as participações de licitantes:
- 3.2.1. Em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial, de insolvência, ou sob outra forma de concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 3.2.2. Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- 3.2.3. Que estejam com o direito de licitar e contratar com o município de Coruripe/AL suspenso;
- 3.2.4. Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que seja sua forma de constituição;
- 3.2.5. Estrangeiras que não funcionem no País.
- 3.3. Para fins de aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, nesta licitação, as microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP), qualificadas como tais nos termos dos artigos 18-A e 3º da Lei Complementar nº 123/2006 farão jus aos mesmos benefícios, independentemente da receita bruta anual.
- 3.4. Para se promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE, a Autoridade Competente poderá, justificadamente, dar prioridade de contratação às MPE que sejam sediadas local, e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido.
- 3.4.1. Para fins da aplicação do artigo 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006, entende-se como melhor preço válido, a proposta de menor valor que tenha sido oferecida por um licitante habilitado.
- 3.5. Nesta licitação, adotar-se-á a **COTA RESERVADA de até 25% para a DISPUTA EXCLUSIVA ENTRE AS MPE (Micro e Pequena Empresa)**. Adotar-se-á também a reserva de **itens para AMPLA PARTICIPAÇÃO, ou seja, podem participar tanto MPE quanto empresas de médio e grande porte**. Os itens que terão essas condições de disputa estão assim identificados no Termo de Referência. Esta exigência se fundamenta nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

- 4.1. A licitante deverá se apresentar para o credenciamento junto ao Pregoeiro através de 01 (um) representante/preposto, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.
- 4.2. Cada licitante credenciará apenas 01 (um) representante que será o único admitido a intervir nas fases dos procedimentos licitatórios e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- 4.3. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos regularmente autenticados:



- I. Cópia do documento oficial de identidade ou outro equivalente que contenha foto;
 - II. Procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso de o representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidora.
- 4.4. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante.
 - 4.5. A não apresentação ou a incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação da licitante no presente certame licitatório, porém, impedirá o suposto representante de praticar atos no processo licitatório em nome da empresa. Neste caso, as declarações de que trata o subitem 5.1, incisos I e II do Edital deverão estar acompanhadas de documento(s) que comprove(m) a capacidade do subscritor em representar a licitante.
 - 4.6. O representante poderá ser substituído por outro, que deverá apresentar toda a documentação exigida no subitem 4.3 para o seu devido credenciamento.
 - 4.7. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante, bem como se o mesmo for sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de outra empresa que esteja presente no certame.

5. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES:

- 5.1. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, o Pregoeiro, que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, receberá os documentos abaixo relacionados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não credenciadas, sendo registrados em ata os nomes das licitantes:
 - I. Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no inciso III deste subitem, dando ciência de que cumpre os requisitos de habilitação para o presente certame licitatório, exceto quanto à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, que somente será exigida por ocasião da assinatura do contrato e, se for o caso, declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme sugestão contida no Anexo II deste Edital;
 - II. Declaração, separada de qualquer dos envelopes exigidos no inciso III deste subitem, assinada por quem de direito, de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante do Anexo VI do Edital, em cumprimento ao disposto na PORTARIA SDE Nº 51, de 03 de julho de 2009, da SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.
 - III. Em envelopes devidamente fechados, a documentação exigida para Proposta de Preços (Envelope "A") e Documentos de Habilitação (Envelope "B").
- 5.2. Tão logo tenham sido recebidos os documentos exigidos na licitação, na forma do subitem 6.1 do Edital, o Pregoeiro comunicará aos presentes que a partir daquele momento não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.
- 5.3. Encerrada a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação, o Pregoeiro concluirá, se ainda não o tiver feito, o exame dos documentos pertinentes aos credenciamentos dos representantes das licitantes, tal como previsto no item 6 supra, exame este iniciado antes da abertura da sessão.
- 5.4. Concluídas a fase de recepção dos documentos exigidos na licitação e de credenciamento dos representantes das licitantes, o Pregoeiro promoverá a abertura dos envelopes que contêm as propostas de preços, conferindo-as e rubricando-as em todas as suas folhas.
- 5.5. Após o início da abertura dos envelopes contendo as propostas de preços não caberá desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Pregoeiro.

6. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 6.1. Os conjuntos de documentos relativos às propostas de preços e à habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, opacos, rubricados no fecho e identificados com o nome da licitante, o número da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Propostas de Preços" e "Documentos de Habilitação"), na forma a seguir:

I. *Envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:*

RAZÃO SOCIAL / CNPJ DO PROPONENTE

ENVELOPE "A" – PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOR BOMBA, MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EM GERAL

II. *Envelope contendo os Documentos de Habilitação:*

RAZÃO SOCIAL / CNPJ DO PROPONENTE

ENVELOPE "B" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOR BOMBA, MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EM GERAL

- 6.2. Todos os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados por processo de cópia autenticada e firma reconhecida, por Cartório competente, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial, inclusive a proposta de preços e todas as declarações fornecidas.
- 6.3. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em *fac símile*, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos ou gráficos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

7. DO ENVELOPE "A" – PROPOSTAS DE PREÇOS:

- 7.1. O envelope "A" conterá as Propostas de Preços da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:
- 7.2. Constar 01 (uma) via, impressa em papel timbrado da licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada em todas as folhas pelo representante legal da licitante ou por quem de direito, com firma reconhecida;
- 7.3. Recomenda-se que a licitante indique nome ou razão social da proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, estado civil, profissão, números do CPF e Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa, para fins de assinatura do contrato;
- 7.4. Conter prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- 7.5. Conter a marca/modelo e o nome do fabricante dos produtos ofertados.



- 7.6. Ser apresentados preços, de acordo com o objeto deste Edital, unitários e totais correspondentes aos itens ofertados, sendo o valor total em algarismo e por extenso, obedecida a ordem dos itens dispostos no Anexo I, em moeda corrente nacional (R\$) com até 3 (três) casas decimais após a vírgula. Em caso de divergência entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último;
- 7.7. Declaração expressa na proposta de que os preços apresentados incluem todos os custos e despesas, tais como, e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, produtos, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucros e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;
- 7.8. Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços, ou qualquer outra condição que induza ao julgamento subjetivo de mais de um resultado;
- 7.9. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidas da proposta, ou incorretamente cotadas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esses ou a qualquer título, devendo o objeto do certame ser fornecido ao Município sem ônus adicionais;
- 7.10. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- 7.11. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- 7.12. Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro;
- 7.13. A licitante que no ato da sessão impugnar ou aduzir erros ou impropriedades quanto ao produto pertinente às propostas apresentadas pelas demais licitantes, no que concerne a sua composição, distribuição, ou qualquer outro fato que reputar relevante, deverá apresentar os elementos necessários para provar as suas alegações. A não comprovação, por parte da impugnante, dentro do prazo fixado pelo Pregoeiro, facultará a Administração à instauração de processo administrativo para apurar o retardamento do certame em face de alegações insubstanciais e impertinentes ao interesse do Município;
- 7.14. A Proposta de Preços deverá ser assinada por quem tenha capacidade de representar a empresa, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais, ou por seu procurador com poderes para tanto;
- 7.15. **SERÃO DESCLASSIFICADAS:**
 - a) As propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
 - b) Propostas com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto deste certame;
 - c) A proposta que não contemplan o preço dos itens pretendidos.
- 7.16. Recomenda-se que a licitante apresente todos os documentos exigidos no item 7, na ordem sequencial solicitada, encadernados e numerados.

8. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- 8.1. O Pregoeiro informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preços para fornecimento do objeto da presente licitação, bem como informará os respectivos preços propostos.
- 8.2. Será desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes.
- 8.3. Serão classificadas e proclamadas pelo Pregoeiro as licitantes que apresentarem as propostas de menor preço e as demais cujas propostas estejam com preços superiores em até 10% (dez por cento) em relação à de menor preço, conforme disposto no inciso VIII, do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002.
- 8.4. Caso não haja, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará e proclamará as melhores propostas subsequentes, até que haja no máximo 03 (três) licitantes classificadas, quaisquer que sejam os preços ofertados, conforme disposto no inciso IX, do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002.
- 8.5. Para as licitantes classificadas, conforme estabelecido no subitem 8.3 ou 8.4 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos e de valores decrescentes.
- 8.6. O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir da proposta classificada de maior preço e, as demais, em ordem decrescente de valor.
- 8.7. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.8. Para efeito de classificação, será considerada proposta final aquela cuja licitante não credencie, na forma do item 4 deste Edital, representante para o ato de abertura do pregão.
- 8.9. Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas exclusivamente pelo critério de menor preço por ITEM.
- 8.10. Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate ficto, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.
- 8.11. Encerrada a etapa de lances, caso o melhor lance não tenha sido ofertado por uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado a essas empresas o direito de preferência à contratação, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.
 - 8.11.1. O Pregoeiro consultará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujo valor do último lance seja igual ou superior em até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pela proponente detentora do menor preço, para que manifeste a intenção de apresentar novo lance proposta com valor INFERIOR ao valor da melhor oferta apurada.
 - 8.11.2. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá cobrir o lance até então considerado vencedor em até 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
 - 8.11.3. Apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade desta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.12. Entende-se por empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais, ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 8.13. Para efeito do disposto no subitem 8.10, ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:
 - I. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para, conforme sua conveniência, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;



- II. Não ocorrendo a adjudicação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes, que porventura se enquadrem na hipótese do inciso anterior, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito;
 - III. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.14. Na hipótese dos subitens 8.12. e 8.13, caso a Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte não ofereça lance, o objeto licitado será adjudicado em favor da licitante autora da proposta originalmente vencedora do certame.
 - 8.15. O disposto no subitem 8.13. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
 - 8.16. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor apresentados pela primeira classificada, conforme definido neste Edital e seus anexos, decidindo motivadamente a respeito.
 - 8.17. Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação.
 - 8.18. A licitante que apresentar documentação de habilitação incompleta ou incorreta, certidões vencidas, ou que não comprovem a regularidade a que se destinam, será declarada inabilitada, com ressalvas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte quanto à regularidade fiscal na forma do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06.
 - 8.19. Constatado o atendimento pleno às exigências do Edital, será declarada a licitante vencedora, sendo-lhe adjudicado pelo Pregoeiro o objeto da presente licitação.
 - 8.20. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências da habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
 - 8.21. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante para que seja obtido preço melhor.
 - 8.22. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes presentes.
 - 8.23. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
 - 8.24. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta. Em caso de divergência entre informações contidas nos documentos exigidos pelo Edital e em outros apresentados, porém não exigidos, prevalecerão as primeiras.
 - 8.25. No caso da licitante ser uma Microempresa ou uma Empresa de Pequeno Porte, se esta apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da declaração da licitante vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, com vista à contratação.

9. DO ENVELOPE "B" – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 9.1. É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente, em um envelope, cópias autenticadas em cartório, dos documentos abaixo relacionados, com prazo vigente, em uma via, na ordem sequencial solicitada neste Edital, numeradas e rubricadas pelo proponente, entregues preferencialmente encadernados.
- 9.2. A licitante deverá apresentar declaração de que não possui em seus quadros de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99), de acordo com modelo do Anexo III.
- 9.3. A licitante deve declarar, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato que possa impedir a sua habilitação neste certame, conforme modelo do Anexo IV.
- 9.4. Os demais documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por meio de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, os quais se referem a:
 - 9.4.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
 - a) No caso de EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de todas as eventuais alterações;
 - b) No caso de SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhados de todas as eventuais alterações ou da consolidação respectiva;
 - c) No caso de SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação do(s) seu(s) administrador(es);
 - d) No caso de COOPERATIVA: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - e) No caso de EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA em funcionamento no País: decreto de autorização.
 - 9.4.2. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**
 - a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, através da apresentação de atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O atestado deverá conter:
 - a.1) Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone, fax);
 - a.2) Período de fornecimento/prestação de serviço;
 - a.3) Nome, cargo, telefone, fax, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações;
 - a.4) Local e data de emissão;
 - a.5) Deverá ser apresentado com firma devidamente reconhecida por quem atestou.
 - 9.4.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**
 - a) Comprovação, através da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante, de que a mesma dispõe de capital social integralizado igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do presente certame, caso participe em todos os itens, ou, do valor estimado para o item pretendido;
 - b) Certidão Negativa de pedido de Falência ou Concordata, ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com data não superior a 60 (sessenta) dias corridos;



- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- c.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, comprovadamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- c.2) As empresas deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- c.3) As empresas que utilizam a escrituração contábil digital (ECD), deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento (relatório gerado pelo SPED com status "Autenticado" acompanhado do termo de autenticação da Junta Comercial), e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal, conforme DECRETO Nº 6.022, DE 22 DE JANEIRO DE 2007 e demais disposições aplicáveis;
- c.4) As empresas recém constituídas, cujo balanço ainda não seja exigível, deverão apresentar Balanço de Abertura, contendo carimbo e assinatura do representante legal da empresa e do contador;
- c.5) As empresas que estiverem inativas no ano anterior, apresentar cópia da declaração de inatividade entregue a Receita Federal, apresentando cópia autenticada do último Balanço Patrimonial que antecede a condição de inativa, se houver;
- c.6) Caso o licitante seja COOPERATIVA, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.4.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Certidão unificada negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União emitida pela RFB/PGFN, inclusive contribuições previdenciárias, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, instituída pela Lei 12.440 de 7 de julho de 2011.

9.5. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

- a) Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.
- b) Para fins de habilitação, será verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no Portal Transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br>), em atenção ao art. 97, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, conforme Acórdão nº 1.793/11 – Plenário do TCU, bem como será procedida consulta no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.
- c) Sob pena de inabilitação, as certidões relativas à regularidade fiscal e trabalhista deverão ter sido expedidas a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação, quando estas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor;
- d) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- e) Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada.

10. DOS RECURSOS:

- 10.1.** Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 10.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora.
- 10.3.** Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 10.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5.** A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em Ata.
- 10.6.** Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas às interessadas na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua do Sol, nº 389, Centro, Coruripe – AL, nos dias úteis, no horário de 8:00 às 12:00 horas. Não serão reconhecidos os recursos interpostos, enviados por fax ou após terem vencidos os respectivos prazos legais.

11. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

- 11.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital o objeto deste Pregão será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 11.2.** Adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 11.3.** A Homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro.
- 11.4.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 11.5.** Para se promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo à inovação tecnológica e o tratamento diferenciado e simplificado para as MPE, a Autoridade Competente poderá, justificadamente, dar prioridade de contratação às MPE que sejam sediadas local ou regionalmente (nessa ordem de prioridade), e que possuam propostas até 10% (dez por cento) superiores em relação ao melhor preço válido.
- 11.6.** Entende-se como empresa sediada no local, aquela que possua registro na cidade de Coruripe, Estado de Alagoas.
- 11.7.** Entende-se como empresa sediada regionalmente, aquela que possua registro em uma das cidades relacionadas no Anexo VII deste Edital.



- 11.8. Para fins de aplicação da prioridade de contratação prevista no artigo 48, §3º da Lei Complementar nº 123/2006 a MPE sediada local ou regionalmente (nessa ordem de prioridade) fará jus aos mesmos benefícios, sendo, portanto, denominada genericamente de MPE Regional.
- 11.9. A condição de MPE Regional será verificada no momento do credenciamento, por meio da análise do endereço constante do Ato Constitutivo (Contrato Social ou documento equivalente) da empresa.
- 11.10. Para fins da aplicação do artigo 48, § 3º da Lei Complementar nº 123/2006, entende-se como melhor preço válido, a proposta de menor valor que tenha sido oferecida por um licitante habilitado.

12. DO CONTRATO:

- 12.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação para a sua formalização, sob pena de decair do direito à contratação, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração, visando à execução do objeto desta licitação nos termos da minuta que integra este Edital.
- 12.2. Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, que se sagrem vencedoras do certame e que contem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
 - 12.2.1. A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.
 - 12.2.2. Na hipótese da não-contratação das microempresas e empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 12.3. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.
- 12.4. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.
- 12.5. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.
- 12.6. A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 12.7. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.
- 12.8. O futuro contrato não poderá ser objeto de sub-contratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Administração.
- 12.9. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93.

13. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS:

- 13.1. O recebimento do objeto licitado dar-se-á nos termos do art. 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, compreendendo que os bens serão recebidos provisoriamente no ato de sua execução, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, a quem caberá o atesto do cumprimento do objeto por parte da contratada.
- 13.2. As demais condições de execução e do recebimento do objeto desta licitação estão descritas nos itens 8, 9 e 11 do Termo de Referência (Material Elétrico e de Construção), 5 e 6 do Termo de Referência (Motor Bomba).

14. DO PREÇO, DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS E DO REAJUSTE:

- 14.1. Os bens e/ou serviços, objeto deste certame, terão os preços praticados em conformidade com os apresentados na(s) proposta(s) da licitante vencedora.
- 14.2. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais que sejam devidos em decorrência direta ou indireta, do contrato a ser executado, serão de exclusiva responsabilidade da licitante.
- 14.3. A licitante vencedora será responsável por todas e quaisquer obrigações e compromissos contraídos com quem quer que seja, não se vinculando ao Município, a qualquer título, nem mesmo solidariamente.
- 14.4. Os preços propostos não serão passíveis de reajuste, na forma da Lei Federal nº 10.192/01, salvo nos casos previstos na alínea “d”, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

15. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO:

- 15.1. O pagamento da fatura será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia imediato à apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(ais) acompanhada(s) das requisições emitidas pelo setor competente do Município e devidamente atestadas por servidor responsável.
- 15.2. Havendo erro na fatura/nota fiscal/recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma ficará pendente e o pagamento susado, até que a contratada tome as medidas saneadoras necessárias.
- 15.3. O pagamento poderá ser efetuado mediante depósito bancário na conta corrente da contratada, indicada na proposta de preços, devendo para isto ficar explicitado o nome do Banco, Agência e o número da Conta Corrente em que deverá ser efetuado o crédito.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 16.1. São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes deste certame, sem prejuízo de outras sanções previstas na legislação pertinente:
 - 16.1.1. Advertência formal, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos à Administração;



- 16.1.2. Multa diária de 0,3% (três décimos percentuais);
 - 16.1.3. Multa diária de 0,5% (cinco décimos percentuais);
 - 16.1.4. Multa de 5% (cinco por cento);
 - 16.1.5. Suspensão temporária, pelo período de até 02 (dois) anos, de participação em licitação e contratação com este Município;
 - 16.1.6. Declaração de Inidoneidade, que o impede de participar de licitações, bem como de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
- 16.2. Os licitantes, assim como a(s) empresa(s) com preços registrados na ARP e a(s) signatária(s) do(s) respectivo(s) contrato(s), estarão sujeitos às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
- 16.2.1. Deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ARP e/ou do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal: aplicação da sanção prevista no subitem 16.1.4 (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor);
 - 16.2.2. Não apresentação de situação regular durante a vigência da ARP ou dos respectivos contratos: aplicação da sanção prevista no subitem 16.1.3 (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor);
 - 16.2.3. Infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração: aplicação da sanção prevista no subitem 16.1.1;
 - 16.2.4. Por dia de atraso quanto ao cumprimento das determinações exaradas pela Contratante: aplicação da sanção prevista no subitem 16.1.2 (calculada sobre o valor total adjudicado ao fornecedor ou sobre o valor total do contrato, ou sobre o valor da parcela a que se refere à determinação, conforme o caso, até o máximo de dez por cento daqueles valores, por ocorrência);
 - 16.2.5. Atraso quanto à assinatura do Contrato, se houver, no prazo estabelecido no Edital ou ARP, contado a partir da convocação pela Administração: aplicação da sanção prevista no subitem 16.1.2 (calculada sobre o valor do contrato, até o máximo de dez por cento daquele valor);
 - 16.2.6. Recusa de assinar o Contrato, quando convocado pela Administração: aplicação da sanção prevista no subitem 16.1.4 (calculada sobre o valor do contrato);
- 16.3. Em caso de ocorrência de inadimplemento dos termos deste Edital, da futura ARP e dos respectivos Contratos, não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.4. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no subitem 16.2, a empresa ficará isenta das penalidades mencionadas.
- 16.5. A critério deste Município, nos termos do art. 87, § 2º, da Lei nº 8.666/93, e considerando a gravidade da infração cometida, ocorrendo quaisquer das hipóteses indicadas no subitem 16.2, assim como nos casos previstos no subitem 16.3, a sanção prevista no subitem 16.1.5 ou no subitem 16.1.6 poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente com quaisquer das multas previstas nos subitens 16.1.2 e 16.1.4.
- 16.6. As multas previstas nesta Cláusula, caso sejam aplicadas, serão descontadas por ocasião de pagamentos futuros ou serão pagas por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) pela futura contratada no prazo que o despacho que de sua aplicação determinar.
- 16.7. As penalidades fixadas nesta Cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo a cargo da Procuradoria Geral do Município de Coruripe, no qual serão assegurados à empresa o direito contraditório e a ampla defesa.
- 16.8. As penalidades serão registradas no Cadastro Municipal de Fornecedores e Prestadores de Serviços.

17. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO:

- 17.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse da Administração decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada por vício ou ilegalidade, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização, à exceção do disposto no art. 59 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

- 18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos e providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão, através de petições protocoladas, encaminhadas ao Pregoeiro, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Rua do Sol, nº 389 – Centro, Coruripe/Alagoas. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (*vinete e quatro*) horas.
- 18.2. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão autuados no processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 18.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 19.1. Todos os documentos necessários à participação na presente licitação deverão ser apresentados por processo de cópia autenticada e firma reconhecida, por Cartório competente, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial, inclusive a proposta de preços e todas as declarações fornecidas.
- 19.2. Recomenda-se que todos os documentos dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentação de Habilitação” sejam entregues encadernados, na ordem sequencial solicitada neste Edital, numerados e rubricados pelo proponente.
- 19.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital e seus anexos.
- 19.4. A apresentação de proposta implicará na plena aceitação por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 19.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Administração.
- 19.6. O Prefeito poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivados de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 19.7. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de pregão.



- 19.9.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração e a segurança da contratação.
- 19.10.** A Homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.11.** No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das Propostas de Preços e Documentos de Habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 19.12.** Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital, será competente o juízo da Comarca deste Município.
- 19.13.** Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.
- 19.14.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente certame licitatório deverão ser enviados por escrito ao Pregoeiro em até 02 (dois) dias anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço constante no preâmbulo deste Edital.
- 19.15.** Informações e esclarecimentos sobre o presente Edital poderão ser obtidos pelo e-mail: cpl.coruripe@gmail.com.
- 19.16.** Cópias do edital e seus anexos serão fornecidas, gratuitamente, mediante recibo, nos horários de 8:00 às 12:00 horas, no endereço referido no preâmbulo.
- 19.17.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.
- 19.18.** Fazem parte integrante deste Edital:
- a) ANEXO I – Termo de Referência;
 - b) ANEXO II – Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação;
 - c) ANEXO III – Modelo de Declaração em Relação ao Trabalho de Menores;
 - d) ANEXO IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;
 - e) ANEXO V – Minuta do Contrato;
 - f) ANEXO VI – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta;
 - g) ANEXO VII – Relação de Cidades Consideradas Regionais.

Coruripe/AL, 18 de abril de 2018.

VALÉRIO JOSÉ BARRETO BELTRÃO
-Pregoeiro do Município-



ANEXO I
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SUPRIMENTOS
TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Em cumprimento a Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, e Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, elabora-se o presente Termo de Referência, para que no procedimento legal, seja efetuada a seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública Municipal, sendo que estas especificações e condições visam esclarecer a contratação e a forma como deverão ser adquiridos, visando o objeto dentro dos padrões exigidos.

2. DO OBJETO

- 2.1. Este termo tem por objetivo selecionar, quantificar, especificar e definir condições para a aquisição de **MATERIAIS ELÉTRICOS E DE CONSTRUÇÃO EM GERAL** para atender ao município de Coruripe/AL, conforme especificações constantes no item 6.

3. JUSTIFICATIVA

- 3.1. A presente aquisição se faz necessária devido à necessidade de manutenção da rede de iluminação pública e de atendimento as ações governamentais sob a responsabilidade da Prefeitura de Coruripe.

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 4.1. Considerar o critério de julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM.**

5. DO VALOR DE REFERENCIA

- 5.1. Considerando o preço de mercado apurado por esta Secretaria, tem-se o seguinte valor estimado: **R\$ 3.587.286,80 (três milhões quinhentos e oitenta e sete mil duzentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos)**, integralizado pelos valores referentes ao Lote 01 – R\$ 2.163.099,20 (dois milhões cento e sessenta e três mil noventa e nove reais e vinte centavos) e Lote 02 – R\$ 1.424.187,60 (um milhão quatrocentos e vinte e quatro mil cento e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

6. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS ITENS

- 6.1. Os itens a serem adquiridos conforme abaixo:

LOTE 01 (AMPLA PARTICIPAÇÃO)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE.	UNITÁRIO
01	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL 4x4,00 MM2, COBRE, ROLO 100 METROS	UND	400	R\$ 360,00
02	LÂMPADA VAPOR SÓDIO ALTA PRESSÃO, POTÊNCIA NOMINAL 70 W, TIPO BASE E-27 MM, TIPO BULBO OVÓIDE	UND	4.000	R\$ 23,02
03	LUMINÁRIA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MODELO PÉTALA COM PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE ÁGUA FORTE E POEIRA (ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP66), ÁREAS EXTERNAS, NÃO NECESSITA DE REATOR, POTÊNCIA 50W, FP 0,98, BIVOLT AUTOMÁTICO, COR DA LUZ BRANCO FRIO (6000K), LUMINOSIDADE 6.250 LUMENS, VIDA ÚTIL 50.000 HORAS.	UND	480	R\$ 269,90
04	LUMINÁRIA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MODELO PÉTALA COM PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE ÁGUA FORTE E POEIRA (ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP66), ÁREAS EXTERNAS, NÃO NECESSITA DE REATOR, POTÊNCIA 100W, FP 0,99, BIVOLT AUTOMÁTICO, COR DA LUZ BRANCO FRIO (6500K), VIDA ÚTIL 50.000 HORAS.	UND	320	R\$ 389,00
05	REATOR LÂMPADA VAPOR SÓDIO, TIPO USO EXTERNO, POTÊNCIA NOMINAL LÂMPADA 70W, TENSÃO NOMINAL 220V, FREQUÊNCIA NOMINAL 60, FATOR DE POTÊNCIA ALTO	UND	2.400	R\$ 33,95
06	REATOR LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO, TIPO USO EXTERNO, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, POTÊNCIA NOMINAL LÂMPADA 250W, 220V, 60HZ	UND	1.600	R\$ 55,00
07	RELÉ PROTEÇÃO SISTEMA ELÉTRICO, CAPACIDADE 1800 VA, TIPO FOTOELÉTRICO TÉRMICO, POTÊNCIA 1.000 W, TENSÃO 220 V, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO ELÉTRICA	UND	8.000	R\$ 15,00
08	CAIBRO MISTO 3,5 x 5 CM 4,5 MT	UND	9.600	R\$ 9,92
09	LINHA MISTA 3 x 5 (6 x 12 CM) 6,5 MT	UND	2.000	R\$ 95,40
10	AREIA LAVADA FINA (APLICAÇÃO – REBOCO)	M³	2.000	R\$ 68,66
11	PEDRA BRUTA PARA BALDRAME (RACHÃO)	M³	1.120	R\$ 157,51
12	TELHA CERÂMICA TIPO COLONIAL (COR VERMELHA)	UND	400.00	R\$ 0,74



13	TIJOLO MATERIAL BARRO COZIDO, TIPO FURADO 19 CM x 14 CM x 9,50 CM, FUROS 6 U. COR VERMELHA (APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL)	UND	400.000	R\$ 0,42
14	CIMENTO CII-F-32 SC-50KG	SC	12.800	R\$ 24,98

LOTE 02 (EXCLUSIVO PARA MPE)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE.	UNITÁRIO
01	BASE RELÉ FOTOELÉTRICO ILUMINAÇÃO, TENSÃO NOMINAL 110/220 V, CORRENTE NOMINAL 10 A, TIPO MONTAGEM POSTE	UND	10.000	R\$ 5,30
02	BRACO RETO P/LUMINARIA PUBLICA FERRO GALVANIZADO C/PARAF. 3/4 X 1,5M	UND	1.000	R\$ 50,00
03	BRACO DE AÇO GALVANIZADO P/LUMINARIA PÚBLICA C/PARAF. 3/4 X 2 M	UND	300	R\$ 50,00
04	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL 4x4,00 MM2, COBRE, ROLO 100 METROS	UND	100	R\$ 360,00
05	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL 2x2,5 MM2, COBRE, ROLO 100 METROS	UND	300	R\$ 140,09
06	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL 6 MM2 ROLO 100 METROS, PVC ANTI-CHAMAS	UND	150	R\$ 160,00
07	CURVA ELETRODUTO, ANGULAÇÃO 90°, TIPO ROSQUEÁVEL, TAMANHO 1 1/4 POL, MATERIAL PVC	UND	1.000	R\$ 2,99
08	CAIXA PASSAGEM, MATERIAL PVC, DIMENSÕES 4 X 2 POL, USO CONDULETE VERSÁTIL 1 1/2'	UND	1.000	R\$ 10,00
09	ELETRODUTO PVC ROSCÁVEL (COMP. 3M) DIÂMETRO DE 1"	UND	1.000	R\$ 9,53
10	FITA ISOLANTE CLASSE DE TEMPERATURA 90 GRAUS CENTÍGRADOS, PROTEGE CONTRA RAIOS UV, ALONGAMENTO MÍNIMO DE 250%, RESISTÊNCIA MÍNIMA DE ISOLAÇÃO DE 50000 MOHMS E TEM APLICAÇÃO EM INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS, PADRÃO 3M 33+, CERTIFICADA PELO INMETRO, POSSUIR CERTIFICAÇÃO ISO 9001	UND	1.000	R\$ 3,95
11	HASTE ATERRAMENTO, MATERIAL COBRE, TIPO CILÍNDRICA, COMPRIMENTO 2.400 MM, DIÂMETRO 5/8 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM CONECTOR DE COBRE	UND	2.000	R\$ 30,00
12	LÂMPADA FLUORESCENTE DE 20W X 220V, FABRICAÇÃO NACIONAL (E-27), LUZ BRANCA	UND	3.000	R\$ 10,00
13	LÂMPADA LED 20W BIVOLT, FABRICAÇÃO NACIONAL (E-27), LUZ BRANCA	UND	1.000	R\$ 29,36
14	LÂMPADA VAPOR SÓDIO ALTA PRESSÃO, POTÊNCIA NOMINAL 70 W, TIPO BASE E-27 MM, TIPO BULBO OVÓIDE	UND	1.000	R\$ 23,02
15	LÂMPADA VAPOR METÁLICO, POTÊNCIA 250W, 220V, FREQUÊNCIA (HZ) 60, TIPO BASE E-40, FORMATO TUBULAR	UND	500	R\$ 32,63
16	LÂMPADA VAPOR SÓDIO, POTÊNCIA 250W, TENSÃO 220V, BASE E-40, FORMATO OVOIDE	UND	1.000	R\$ 24,00
17	LÂMPADA VAPOR METÁLICO, POTÊNCIA 400W, TENSÃO 220V, BASE E-40, BULBO TUBULAR	UND	1.000	R\$ 41,58
18	LUMINÁRIA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MODELO PÉTALA COM PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE ÁGUA FORTE E POEIRA (ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP66), ÁREAS EXTERNAS, NÃO NECESSITA DE REATOR, POTÊNCIA 50W, FP 0,98, BIVOLT AUTOMÁTICO, COR DA LUZ BRANCO FRIO (6000K), LUMINOSIDADE 6.250 LUMENS, VIDA ÚTIL 50.000 HORAS.	UND	120	R\$ 269,90
19	LUMINÁRIA LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MODELO PÉTALA COM PROTEÇÃO CONTRA JATOS DE ÁGUA FORTE E POEIRA (ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP66), ÁREAS EXTERNAS, NÃO NECESSITA DE REATOR, POTÊNCIA 100W, FP 0,99, BIVOLT AUTOMÁTICO, COR DA LUZ BRANCO FRIO (6500K), VIDA ÚTIL 50.000 HORAS.	UND	80	R\$ 389,00
20	PARAFUSO E PORCA EM LATÃO COM ARRUELA PARA FIXAÇÃO DE TANQUES, VASOS SANITÁRIOS E LAVATÓRIOS. BUCHA Nº 8	UND	500	R\$ 1,99
21	REATOR LÂMPADA VAPOR SÓDIO, TIPO USO EXTERNO, POTÊNCIA NOMINAL LÂMPADA 70W, TENSÃO NOMINAL 220V, FREQUÊNCIA NOMINAL 60, FATOR DE POTÊNCIA ALTO	UND	600	R\$ 33,95
22	REATOR LÂMPADA VAPOR METÁLICO, TIPO USO EXTERNO, POTÊNCIA NOMINAL LÂMPADA 400W, TENSÃO NOMINAL 220V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM IGNITOR E CAPACITOR	UND	1.000	R\$ 54,73
23	REATOR LÂMPADA VAPOR DE SÓDIO, TIPO USO EXTERNO, ALTO FATOR DE POTÊNCIA, POTÊNCIA NOMINAL LÂMPADA 250W, 220V, 60HZ	UND	400	R\$ 55,00
24	RELÉ PROTEÇÃO SISTEMA ELÉTRICO, CAPACIDADE 1800 VA, TIPO FOTOELÉTRICO TÉRMICO, POTÊNCIA 1.000 W, TENSÃO 220 V, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO ELÉTRICA	UND	2.000	R\$ 15,00
25	SOQUETE/BOCAL, COM REVESTIMENTO EM PORCELANA, COR BRANCA, PARA LÂMPADA VAPOR METÁLICO DE 250W A 400W, 220V, PADRÃO E40	UND	1.000	R\$ 4,20
26	SOQUETE/BOCAL, COM REVESTIMENTO EM PORCELANA, COR BRANCA, PARA LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15W A 20W, 220V, PADRÃO E27	UND	1.000	R\$ 2,16
27	CAIBRO MISTO 3,5 x 5 CM 4,5 MT	UND	2.400	R\$ 9,92
28	LINHA MISTA 3 x 5 (6 x 12 CM) 6,5 MT	UND	500	R\$ 95,40
29	RIPA MISTA	MT	50.000	R\$ 1,25



30	FORRA MISTA P/JANELA CALHA 1,10 x 0,80 MT 3 x 13 CM	UND	200	R\$ 72,75
31	JANELA CALHA MISTA 1,10 x 0,80 MT	UND	200	R\$ 60,45
32	FORRA ANG. 2,10 x 0,80 MT 3 x 13 CM (MONTADA)	UND	600	R\$ 87,00
33	PORTA CALHA MISTA 0,70 x 2,10 MT	UND	200	R\$ 126,25
34	PORTA CALHA MISTA 0,80 x 2,10 MT	UND	400	R\$ 139,21
35	AREIA LAVADA FINA (APLICAÇÃO – REBOCO)	M ³	500	R\$ 68,66
36	AREIA GROSSA (APLICAÇÃO – CONCRETO)	M ³	120	R\$ 72,14
37	PEDRA BRUTA PARA BALDRAME (RACHÃO)	M ³	280	R\$ 157,51
38	PIÇARRA GROSSA (BRANCA)	M ³	1.000	R\$ 71,25
39	TRAÇO	M ³	1.000	R\$ 60,00
40	FECHADURA SOBREPOR TIPO CAIXÃO 930 – 80 MM	UND	200	R\$ 9,80
41	PREGO POLIDO C/CABEÇA (15x18) 1.1/2” x 13	KG	500	R\$ 11,76
42	PREGO POLIDO C/CABEÇA 3”x8	KG	500	R\$ 11,49
43	DOBRADIÇA TIPO CRUZ 650x3” ZINCADA	UND	1.200	R\$ 23,63
44	FERROLHO CHATO C/PORTA CADEADO 460x4” ZINCADO	UND	600	R\$ 5,89
45	TELHA CERÂMICA TIPO COLONIAL (COR VERMELHA)	UND	100.00	R\$ 0,74
46	TIJOLO MATERIAL BARRO COZIDO, TIPO FURADO 19 CM x 14 CM x 9,50 CM, FUROS 6 U, COR VERMELHA (APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL)	UND	100.00	R\$ 0,42
47	COMBOGÓ (ELEMENTO VAZADO DE CONCRETO) 40 x 40 CM	UND	200	R\$ 9,60
48	CIMENTO CII-F-32 SC-50KG	SC	3.200	R\$ 24,98

6.2. As empresas licitantes deverão apresentar o Certificado do INMETRO para os materiais elétricos.

7. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

7.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da Dotação Orçamentária a ser indicada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Desenvolvimento Econômico da PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE, no momento da contratação.

8. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 8.1. PRAZO DE ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme Autorização de Fornecimento, em até 08 (oito) dias úteis a partir da solicitação da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Suprimentos.
- 8.2. Após a entrega, constatadas inconformidades no objeto, o mesmo será substituído por outro, atendendo devidamente à especificação deste edital, sem direito a ressarcimento à Vencedora/Contratada e sem ônus ao Município de Coruripe, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 8.3. LOCAL DE ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Suprimentos, situada na Rua do Sol, Nº 389 – Centro, Coruripe/Alagoas, nos horários das 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas de segunda a sexta feira.

9. DA FABRICAÇÃO E GARANTIA

- 9.1. O prazo de garantia do objeto deverá ser o de fábrica, não podendo ser inferior a 01 (um) ano.
- 9.2. O licitante deverá fornecer produtos novos, de fabricação nacional e em conformidade com a legislação em vigor, em especial as normas da ABNT e INMETRO.

10. DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

- 10.1. Pelo fornecimento do objeto da presente licitação, a CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante apresentação da nota fiscal, devidamente protocolada, acompanhada do Atestado de Recebimento emitido pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Suprimentos.
- 10.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após efetivo recebimento do objeto, sendo que a Contratada deverá encaminhar juntamente a Nota fiscal e cópia da Ordem de Compra.

11. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 11.1. Atender às solicitações feitas pelo Departamento Responsável da Prefeitura Municipal imediatamente após o recebimento da ordem de compra.
- 11.2. O cumprimento dos prazos de entrega, nas datas, condições e locais definidos, nas quantidades contratadas, acrescidas se necessário, sem ônus de transporte para o Município.



- 11.3. Substituir imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos que não estiverem de acordo com as especificações do objeto;
- 11.4. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto deste contrato, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Coruripe.
- 11.5. Responsabilizar pelos prejuízos causados ao Município de Coruripe ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos;
- 11.6. Iniciar a execução do contrato após a assinatura, entregando o objeto após a ordem de compra.
- 11.7. O fiel cumprimento de todas as Cláusulas e condições estabelecidas no presente termo.

12. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 12.1. Receber o produto e realizar sua análise quanto à quantidade e qualidade;
- 12.2. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no edital;
- 12.3. Informar à Contratada o nome do funcionário responsável pela assinatura das autorizações de fornecimento.

13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

- 13.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 14.1. A fiscalização da contratação será exercida por meio de uma comissão de fiscalização especialmente designada, formada por no mínimo três membros, a qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução e o fornecimento, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à CONTRATADA, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.
- 14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Em:

De acordo e aprovo:

Marcos Antônio Lins dos Santos

Secretário Municipal de Trânsito, Transporte e Suprimentos



TERMO DE REFERÊNCIA
(Aquisição de conjunto Moto Bomba)

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto a aquisição de 02 (*dois*) conjuntos moto bomba submersível.

2. DA JUSTIFICATIVA

A ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) tem como objetivo a coleta, o transporte e o tratamento dos esgotos produzidos na localidade, lançando os efluentes tratados no rio Coruripe. O sistema é constituído de redes coletoras de esgoto em PVC, órgãos acessórios a exemplo de PVs, PIs e TLs, estação elevatória utilizando bombas submersíveis, linha de recalque e tratamento através de lagoas de estabilização. A bomba tem a função de recalcar o fluido até as lagoas de estabilização. Em virtude da paralisação da bomba da estação elevatória, torna-se urgente à aquisição da mesma para o funcionamento da Estação de Tratamento de Esgoto de Coruripe.

3. QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	Bomba 3127-180 Curva 438 Motor 7,5 kw 220/380 trifásica 1.785RPM COM RELE DE SUPERVISÃO.	UND	02	R\$ 21.873,67

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (requisitos mínimos)

- 7,5 KW ou 10 Cavalos
- 60Hz
- 220/380 V
- 1.785 rpm
- Max 40 °
- 15/26 A
- 140 m³/h
- Altura manométrica de trabalho: 12.8m.
- Profundidade da imersão: máx. 20 m
- Caracol da moto bomba de ferro fundido cinzento GG-15
- Rotor semiaberto de ferro fundido GG-25 para os modelos até 2 cv
- Rotor semiaberto de ferro fundido nodular GGG-50 para os modelos de 3 cv até 10 cv
- Placa de fundo de ferro fundido cinzento GG-15
- Selo mecânico duplo, constituído de aço inox AISI-304, buna N, grafite e cerâmica
- Sensor de umidade na câmara de óleo para os modelos de 3 cv até 10 cv
- Protetor térmico no motor para os modelos de 3 cv até 10 cv
- Motor elétrico IP-68, 4 polos, 60 Hz, refrigerado com óleo dielétrico, eixo de aço inox AISI-420
- Comprimento do cabo de ligação: 10 m

5. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- O prazo máximo para entrega do objeto é de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, a ser emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação, a qual vai anexada cópia da Nota de Empenho.
- A entrega deverá ser efetuada em dias úteis na sede da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação, situada na Rod Eng Guttemberg Brêda Al 101, Coruripe-AL, no horário de expediente normal deste órgão, das 08:00h às 17:00h, mediante prévio agendamento, com a apresentação da correspondente nota fiscal, no prazo e quantidades indicadas neste Termo de Referência.
 - A entrega do objeto deverá ser acompanhada pelo Setor de Engenharia da secretaria, através de servidor designado.

6. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:
 - Provisoriamente, assim que efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;
 - Definitivamente, até 15 (quinze) dias úteis da entrega, após verificação da qualidade, quantidade do bem e da realização dos testes necessários para o seu perfeito funcionamento, com a sua consequente aceitação.
- No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser recolhido e substituído.
- Após a notificação à CONTRATADA, o prazo decorrido até então será desconsiderado, iniciando-se nova contagem tão logo sanada a situação.
- O fornecedor terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para providenciar a substituição do bem, a partir da comunicação oficial feita pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação.
 - Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no edital e neste Instrumento.
- O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:
 - Objeto de acordo com a Especificação Técnica contida neste Termo de Referência e na Proposta Comercial da licitante vencedora;
 - Quantidades em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
 - Entrega no prazo, local e horários previsto neste Termo de Referência.
- O recebimento definitivo dar-se-á:



- 6.6.1. Após verificação física que constate a integridade do produto;
- 6.6.2. Após verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência.
- 6.6.3. Após a realização dos testes necessários para o perfeito funcionamento do objeto.
- 6.7. Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, assinado por Comissão ou Servidor designado.

7. DA GARANTIA

- 7.1. A CONTRATADA se obriga, dentro do prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, prestar garantia contra defeito de fabricação, sem qualquer ônus adicional para a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação.
- 7.2. No caso de haver defeitos nas peças e, se conseqüentemente houver substituição, a garantia será contada a partir da nova data da substituição das peças defeituosas.
- 7.3. Os serviços de garantia aos produtos deverão ser prestados pela empresa CONTRATADA, pelo fabricante dos equipamentos ou por empresa credenciada à rede nacional de assistência técnica autorizada pelo fabricante dos produtos fornecidos.
- 7.4. Os serviços serão solicitados mediante a abertura de um chamado efetuado por técnicos do CONTRATANTE, via chamada telefônica local à CONTRATADA, em dias úteis, das 08 às 18h.
- 7.5. Tempo de solução máximo do chamado de 02 (dois) dias corridos a partir da abertura do chamado, para todos os componentes internos, excluindo-se sábados, domingos e feriados;
- 7.6. O período de garantia estará mencionado na nota fiscal de venda do produto.

8. DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A responsabilidade pela FISCALIZAÇÃO da execução desta aquisição ficará a cargo do Setor de Engenharia da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação, através de servidor designado.
- 8.2. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração do CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital e no Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. A empresa CONTRATADA obrigar-se-á:
 - 9.1.1. A reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, num prazo de no máximo de 02 (dois) dias úteis, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrente de culpa da empresa fornecedora, da garantia e dentro das especificações do fabricante;
 - 9.1.2. A evitar o emprego de acessórios impróprios ou de qualidade inferior, não podendo tal fato ser invocado para justificar cobrança adicional a qualquer título;
 - 9.1.3. A responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;
 - 9.1.4. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;
 - 9.1.5. Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela contratante;
 - 9.1.6. Designar profissional responsável pela entrega do objeto;
 - 9.1.7. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, a Secretaria de Infraestrutura e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto licitado;
 - 9.1.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 9.1.9. Arcar com todas as despesas relativas à entrega dos bens, inclusive, as relativas ao seu transporte.

10. DAS SANÇÕES

- 10.1. Em caso de transgressão das regras contidas neste Termo, a Contratada estará sujeita às sanções administrativas contidas na Lei Federal nº 8.666/93.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta contratação;
- 11.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitadas;
- 11.3. Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos bens adquiridos, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados;
- 11.4. Atestar no verso das notas fiscais/faturas, apresentadas pela CONTRATADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento do objeto acima especificado.
- 11.5. Efetuar o pagamento devido a CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo;

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será efetuado após o encerramento de cada mês de fornecimento, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pela Diretoria Financeira da Secretaria de finanças, após o atesto do documento de cobrança, comprovação do recebimento definitivo e prévia verificação da regularidade fiscal da CONTRATADA.
- 12.2. Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 02 (dois) dias úteis contado do seu recebimento definitivo, o fiscal da contratação deverá encaminhá-lo para pagamento.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E HABITAÇÃO
90 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E HABITAÇÃO
2.021 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, URBANISMO E HABITAÇÃO
4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE



14. DA PROPOSTA E DA ADJUDICAÇÃO

- 14.1. A licitante arrematante deverá anexar, junto a proposta comercial, prospecto(s)/folheto(s) dos bens e equipamentos ofertado para verificação do atendimento às especificações técnicas contidas neste Termo de Referência e no Edital;
- 14.2. Será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste Termo de Referência e do Edital, aquela que apresente menor preço por item para o objeto da licitação.

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Em: ____ / ____ / ____

De acordo e aprovo:

Guttemberg Brêda Sobrinho
Secretario. M de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação



ANEXO II

(Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO EDITAL

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE-AL
Pregão Presencial nº 10/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, ciente das penalidades cabíveis.

Por ser verdade assina a presente

(Local/Data), de de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº do Documento de Identidade



ANEXO III

(Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante)

DECLARAÇÃO EM RELAÇÃO AO TRABALHO DE MENORES

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE-AL
Pregão Presencial nº 10/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de Outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente

(Local/Data), de de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº do Documento de Identidade



ANEXO IV

(Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE-AL
Pregão Presencial nº 10/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente

(Local/Data), de de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº do Documento de Identidade



ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO Nº ___/___

TERMO DE CONTRATO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CORURIBE, POR INTERMÉDIO DO(A).....E A EMPRESA.....

O MUNICÍPIO DE CORURIBE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.264.230/0001-47, com sede na Praça Dr. Castro Azevedo, 47, Centro, Coruripe, Estado de Alagoas, CEP 57.230-000, por intermédio da (Secretaria Requisitante), neste ato representado(a) pelo(a)(cargo e nome), doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediado(a) na, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), CPF n.º, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 0321001/2018 0412039/2018 e em observância às disposições da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Presencial nº 10/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MOTOR BOMBA, MATERIAL ELÉTRICO E DE CONSTRUÇÃO EM GERAL**, destinada a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Habitação e da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Suprimentos, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Pregão Presencial nº 10/2018 e seus anexos.
- 1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, II, da Lei 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

- 3.1. O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício vigente, na classificação abaixo:

Dotação Orçamentária	Projeto de Atividade
-----	-----

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

- 5.1. A CONTRATADA deve enviar arquivo eletrônico contendo informações (descrição dos produtos, período de faturamento, valor, desconto) para validação da prestação do serviço, até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços.
- 5.2. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.
- 5.3. O pagamento somente será efetuado após o “ATESTO”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.
 - 5.3.1. O “ATESTO” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

- 6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável, conforme proposta final do licitante.
- 6.2. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
 - 6.3.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

- 7.1. Os produtos deverão ser entregues conforme Autorização de Fornecimento, em até 08 (oito) dias úteis, a partir da solicitação da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Suprimentos.
- 7.2. A entrega dos produtos deverá vir acompanhada de nota fiscal onde deverá constar o número da licitação, nota de empenho e ordem de fornecimento.
- 7.3. O recebimento do objeto licitado dar-se-á nos termos do art. 73, inciso II e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93, compreendendo que os bens serão recebidos provisoriamente no ato de sua execução, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, a quem caberá o atesto do cumprimento do objeto por parte da contratada.



8. CLAÚSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

- 8.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SUPRIMENTOS ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- 8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de veículo inadequado, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando hora e data, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 8.4. A gestão do contrato ficará a cargo do servidor WALTER SAMMYR VELOSO DE CARVALHO, a quem caberá fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, até o recebimento do objeto.
- 8.5. O Contratante reserva-se o direito de fiscalizar a execução do(s) serviço(s), podendo para isso:
 - a) Sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância de qualquer exigência quanto ao cumprimento do contrato.
- 8.6. A existência da fiscalização não eximirá a empresa CONTRATADA de nenhuma responsabilidade pela execução dos serviços, notadamente nos aspectos de segurança e qualidade de atendimento.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA obriga-se:

- 9.1.1. Assinar o contrato em até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação para sua formalização pela CONTRATANTE;
- 9.1.2. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos produtos ou execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- 9.1.3. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante o fornecimento dos produtos ou execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE;
- 9.1.4. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução dos serviços ou fornecimento dos produtos;
- 9.1.5. Fornecer os produtos dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância as normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, as recomendações aceitas pela boa técnica, bem como supervisionar os serviços para obter uma operação correta e eficaz;
- 9.1.6. Atender prontamente todas as solicitações da CONTRATANTE dispostas no Termo de Referência (Anexo I do Pregão Presencial nº 10/2018).
- 9.1.7. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Suprimentos quanto ao fornecimento dos produtos ou execução dos serviços, arcando com os eventuais prejuízos perante a CONTRATANTE e/ou terceiros;
- 9.1.8. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
- 9.1.9. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, pelo desempenho dos serviços objeto deste pacto, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 9.1.10. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como fornecer novos documentos que comprovem o atendimento a essa exigência à medida que forem vencendo os prazos de validade daqueles anteriormente apresentados, em conformidade com o imposto pelo artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93;
- 9.1.11. Cumprir as demais obrigações dispostas no Termo de Referência (Anexo I do Pregão Presencial nº 10/2018) e outras obrigações previstas neste Contrato.

9.2. A CONTRATANTE obriga-se:

- 9.2.1. Permitir acesso dos empregados da contratada às suas dependências para realizar o fornecimento dos produtos ou a execução dos serviços, quando necessário, prestando as informações e os esclarecimentos por eles solicitados, assegurando-se da boa prestação dos serviços e verificando sempre o seu bom desempenho, bem como controlando as ligações realizadas e documentar as ocorrências havidas;
- 9.2.2. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais fornecedoras/prestadoras do objeto do contrato, de forma a garantir que lhe continue a ser os mais vantajosos;
- 9.2.3. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, inclusive quanto a continuidade do fornecimento dos produtos ou prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos, não devem ser interrompidas;
- 9.2.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- 9.2.5. Disponibilizar as condições necessárias à efetivação do fornecimento ou da prestação dos serviços, de acordo com as especificações fornecidas junto à CONTRATADA;
- 9.2.6. Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 9.2.7. Cumprir as demais obrigações dispostas no Termo de Referência (Anexo I do Pregão Presencial nº 10/2018).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 3.555, de 2000, a CONTRATADA que, no decorrer da contratação:
 - 10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 10.1.3. Fraudar na execução do contrato;
 - 10.1.4. Cometer fraude fiscal;
 - 10.1.5. Não manter a proposta.
- 10.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



- 10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 10.2.2. Multa:
 - 10.2.2.1. Moratória 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado caso o bem seja entregue com atraso, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 10.2.2.2. Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, no caso de inexecução total da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
- 10.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.5. Impedimento de licitar e contratar com o Município com o consequente descredenciamento do cadastro de fornecedor pelo prazo de até cinco anos;
- 10.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
- 10.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:
 - a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
 - 10.10.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

- 11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
 - 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

- 12.1. É vedado à CONTRATADA:
 - 12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
 - 12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

- 13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

- 14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento em Diário Oficial, por extrato, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

- 15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Coruripe para dirimir quaisquer dúvidas provenientes do presente instrumento, que de outra forma não forem solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter por mais privilegiado que seja.
- 15.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Coruripe/AL, de..... de 2018

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA



ANEXO VI

(Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante)

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORURIFE-AL
Pregão Presencial nº 10/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, em especial o artigo nº 299 do Código Penal Brasileiro, especificamente para participação na licitação, Pregão Presencial nº 10/2018 que:

- a) A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Coruripe antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local/Data), de de 2018.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº do Documento de Identidade

- **OBS.: Esta Declaração deverá ser entregue fora dos envelopes de "Proposta de Preços" e de "Documentos de Habilitação."**



ANEXO VII

(Este documento deverá ser impresso em papel timbrado da licitante)

**RELAÇÃO DE CIDADES CONSIDERADAS REGIONAIS, PARA FINS DOS BENEFÍCIOS
DO ITEM 11 DESTE EDITAL**

Para fins dos benefícios previstos no item 11 deste Pregão Presencial, são consideradas MPE Regionais aquelas que comprovarem ser sediadas em uma das cidades abaixo relacionadas:

- Feliz Deserto/AL
- Piaçabuçu/AL
- Penedo/AL
- Jequiá da Praia/AL